

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, indico o nobre deputado Teonílio Barba para encaminhar a votação pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba, para encaminhar a votação pela liderança da Minoria, pelo tempo regimental.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Deputadas, trabalhadores da assessoria, público que nos acompanha pela TV Alesp, boa tarde.

Já discutimos esse projeto, quer dizer, houve um atropelo porque ele não foi discutido. O presidente efetivo da Casa apresentou o debate do projeto que trata de empréstimo com agências internacionais, Banco Interamericano, Bird e outras entidades.

Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, ressaltada a declaração do meu companheiro, deputado João Paulo Rillo, discutimos esse projeto e entendemos que ele é importante, que dá conta de resolver alguns problemas. Na semana passada, falei que não poderíamos deixar de citar a lerdeza do governo do estado. Esse projeto que está sendo debatido era para ter sido aprovado em 2004, mudou para 2008, mudou para 2014 e, agora, mudou para 2018. O governo é lerdno no aspecto de que poderia ter-se utilizado da capacidade de endividamento que o estado tem para fazer, no ano passado.

O Tesouro tem que autorizar o empréstimo para estados e municípios. Se o Tesouro Nacional não autorizar, estados e municípios não podem utilizar esse mecanismo. No ano passado, se fosse tomado um empréstimo, com o dólar muito mais barato... A depender de como são feitos o acordo e a negociação, faz-se a previsão com dólar futuro. O governo do estado acabou não fazendo isso porque é essa a capacidade que ele tem de fazer as coisas, dessa maneira e com essa lerdeza.

Além de debater esse projeto, fiz questão de ressaltar porque a posição da nossa bancada é favorável a que o governo tome o empréstimo. Discutimos isso, é para beneficiar, é para fazer extensão de linhas metrô, e o governo do estado de São Paulo já não tem mais capacidade de endividamento com o BNDES.

Recentemente publicaram uma matéria no jornal do Grande ABC dizendo que o governo não tinha capacidade de tomar dinheiro para fazer a linha bronze. Não teve porque não quis, pois para fazer a linha bronze até o ABC teria que fazer desapropriações e indenizar as pessoas que estão ocupando a região. O governo, infelizmente, não deu conta de fazer isso. Estou falando isso para mostrar as pérolas deste governo. Mas a pérola mais brilhante, que quero comentar aqui - fiz questão de assistir - foi o programa do PSDB.

Primeiramente, vieram com o debate de que eles, do PSDB, criaram o Plano Real. Recomendando a quem nos assiste pela TV Assembleia que leia um livro chamado "A real história do Real". O Plano Real foi criado no governo Itamar. Chamaram o senador Fernando Henrique Cardoso para apresentar o plano à sociedade, mas ele foi criado no governo Itamar por um conjunto de 30 a 40 pessoas que debateram sua construção.

Também foi dito ontem no programa que a presidenta Dilma, para fomentar o crescimento de empregos, tem que reduzir os impostos deste País. Faça o debate sobre redução de impostos faz tempo. Inclusive, em um acordo histórico da Câmara Setorial, que tratava do setor automotivo, que empregava, naquele momento, cerca de 250 mil trabalhadores. Iniciou no governo Collor e terminou no governo Itamar. Já discutíamos ali a redução da carga tributária no País.

Naquele momento havia uma composição de Estado. Tinha que ter consenso do Confaz, Conselho Nacional de Política Fazendária e do Governo Federal. Então, reduziu-se IPI e ICMS para poder fomentar o setor produtivo. Mas quando FHC assumiu, no seu primeiro governo, em 1995, ele elevou a carga tributária do País de 22 para 27 por cento. Deputado Barros Munhoz, V. Exa. sabe disso. De 1995 a 1998, o mandato de Fernando Henrique Cardoso teve que elevar a carga tributária deste País de 22 para 27 por cento.

No segundo mandato, na reeleição e no início de 1999, FHC lança um pacote de maldade com 40 medidas. Dentre elas estava a elevação da carga tributária de 27 para 39 por cento. Esse foi o segundo mandato do presidente deste partido, e ontem ouvimos essa pérola do Aécio Neves, do Aluísio Nunes, do José Serra, do Geraldo Alckmin, do Fernando Henrique Cardoso: que era preciso reduzir a carga tributária deste País para que ele se torne produtivo.

Falaram também sobre a Standard & Poor’s, que tem interesse em rebaixar a nota do País. Se vocês lerem o relatório, verão que não foi porque há risco de o Brasil não honrar seus compromissos econômicos e financeiros. O Brasil tem condições, porque tem uma reserva de 370 bilhões de dólares. É a sexta maior reserva do mundo, para quem não sabe. O Brasil é o sexto país com a maior reserva cambial do mundo.

Eles falaram que a Standard & Poor’s abaixou a nota do Brasil, mas no governo FHC a avaliação do Brasil, feita pela mesma instituição - que eles estavam elogiando ontem - era pior em tudo. O Brasil chegou a 2.800 pontos em risco de o País não honrar seus compromissos. Não havia reserva cambial. O risco Brasil estava batendo em 2.800 e o dólar em 3,99 reais. E o PSDB ficou falando ontem que temos que tomar cuidado para recuperar a nossa nota, coisa que eles não conseguiram fazer.

Falaram sobre o desemprego, e é verdade. Há um índice de desemprego concentrado este ano. Foram perdidos em torno de 441 mil empregos este ano em todos os setores: indústria, serviços e comércio. Mas, em 2003, com uma população economicamente ativa de quase 80 mil pessoas, nós tínhamos 2,9 trabalhadores empregados a cada 10 pessoas. Portanto, em uma família de 10 pessoas, três estavam empregadas e sete estavam desempregadas - e eles falando que geraram empregos. Se nós olharmos o saldo de emprego nos oito anos do governo Fernando Henrique, isso não bateu. Eu vou levantar esses números para provar isso na próxima sessão. Os oito anos do governo FHC não geraram um milhão de empregos. Aliás, era estratégia gerar desemprego para cair a inflação. O mecanismo era arrocho salarial e desemprego a todo vapor para o povo não comprar e, com isso, derrubar os preços.

Na semana passada, dois deputados do PSDB chamaram o Fernando Henrique Cardoso de "grande estadista". Eu, que sou do ABC, já fiz campanha para o Fernando Henrique para senador em 1978 - o maior arrependimento da minha vida. Eu acreditava - e não tinha alternativa no mundo político.

Falando das pérolas do programa do PSDB, ontem, eles deram a entender que a presidenta precisa renunciar. Primeiro, a presidenta não é de renunciar. Na época da ditadura, ela não deixou o país e não se autoexilou. Portanto, ela não vai renunciar e vai cumprir o seu mandato até o final.

Segundo, eles falaram que são contra o impeachment, mas participaram do ato, no dia 16: o Serra, em São Paulo; o Aécio, em Minas Gerais; o Aloísio, em Brasília; e outros senadores do PSDB pelo Brasil afora. Nesse ato, tinha gente pedindo retorno da ditadura militar e pedindo "fora, Dilma". Então, é não respeitar o resultado das urnas.

Eles dizem que querem ajudar a arrumar o país, mas é difícil acreditar nisso com o programa que apresentaram ontem. É verdade que parte da política que a presidenta está aplicando é parte do que eles fariam - é só um pequeno pedaço do que fariam caso tivessem ganhado as eleições. Se eles tivessem ganhado as eleições, os programas sociais, como o "Minha Casa, Minha Vida", não existiriam. Mas essa não é a preocupação do PSDB, que tem o espírito da privatização. Eles gostam que o mercado resolva. Não precisa do programa "Minha Casa, Minha Vida", deixa que o mercado dá conta de resolver isso para quem consegue comprar. E não tem problema ser assim, mas precisa assumir que é assim.

Eu tenho feito duras críticas à nossa presidenta, que tem adotado algumas medidas que eu não concordo.

Outro dia, o deputado Abelardo Camarinha disse aqui que gritou "fora, FHC". Eu fui de uma corrente dentro do PT - na época, o deputado Raul Marcelo era do PT - que não gritava isso. Nós dizíamos: "diga não ao governo FHC". Agora, quem está na rua gritando "fora, Dilma" - e o PSDB faz parte disso - faz parte do golpe moderno.

Muito obrigado.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela bancada do PPS.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para encaminhar a votação pela bancada do PPS, tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Esse projeto do governador, que se encontra pautado desde a semana passada, autoriza o estado a poder fazer um remanejamento de um empréstimo que já foi autorizado e que poderia ser conseguido e remanejado e, com isso, permitir que o Governo do Estado pudesse avançar e, nesse momento de grave crise econômica do país, poder ter mais recursos para investir na infraestrutura, principalmente na região metropolitana de São Paulo.

Sem sombra de dúvida, é um projeto muito importante, e, iguais a esse, esta Casa já teve a oportunidade de apreciar, para que o Governo do Estado, que tem hoje possibilidade de pleitear esses empréstimos junto aos organismos internacionais, ao BNDES, ao Banco do Brasil e a própria Caixa Econômica Federal, o faça.

Um instrumento importante para avançar, principalmente na infraestrutura do estado de São Paulo que envolve mobilidade urbana, é um desafio do nosso Estado, das nossas cidades e uma questão importante que o Governo do Estado tem encaminhado. O Governo do Estado só pode fazer essa solicitação porque tem uma gestão no Estado que permite margem para solicitar esses empréstimos.

Portanto, nós do PPS, o bloco parlamentar que o PPS compõe nesta Casa, entendemos, todas as vezes que aprecia projetos dessa ordem voltados a favor, que financiamentos cumprem um papel importante para a atuação do Governo do Estado para melhorar as finanças, a arrecadação do Governo do Estado e com isso permitir que obras importantes possam ser implementadas.

No momento de crise como esse, é normal mais uma vez aprovarmos isso. Mas, ao mesmo tempo, esse momento permite um amplo debate, como temos assistido aqui nos últimos dias sobre essa situação que estamos vivendo.

Há muitas dúvidas. O Governo do Estado mesmo tem tido e assistimos em relação ao governo federal, há poucos dias, uma decisão que suspende a tramitação não só de São Paulo, mas de todo o País da solicitação de prefeituras municipais, principalmente de prefeituras de capitais. Suspendeu a tramitação junto à coordenadoria que aprecia, no Ministério da Fazenda, a liberação desses empréstimos, criando dificuldades para que isso avançasse. Portanto, neste momento, todas essas questões nos fazem debater para sair dessa crise importante. Os deputados, que aqui me antecederam, alguns tiveram a oportunidade de falar.

É claro que a situação mais crítica que estamos vivendo neste momento no País é justamente a dificuldade que temos de olhar para o quadro nacional e ver a alternativa para superar essa situação.

A presidente da República e seus ministros têm apresentado algumas alternativas como o aumento de impostos, da taxa de juros que tem sido praticada agora recentemente e há perspectiva de que isso vai continuar, ao mesmo tempo restrição a diversos programas de investimentos do governo federal.

Hoje mesmo, à tarde, assistimos a uma prestação de contas aqui na Comissão de Saúde, com o secretário de Saúde do estado de São Paulo, e pudemos participar também, durante a semana passada, de algumas discussões na Secretaria da Saúde sobre problemas importantes que temos vivido no estado de São Paulo.

Em uma discussão na cidade de Cruzeiro, na Santa Casa que está se fechando, a reivindicação do deputado padre Afonso Lobato era buscar junto ao Governo do Estado mais recursos para financiar a área da Saúde, já que a Santa Casa não consegue pagar suas despesas do dia a dia com a tabela SUS.

Hoje, o secretário nos trouxe aqui a manifestação do ministro do governo federal de mais um corte na Saúde para 2015. É evidente que não é essa uma alternativa para o nosso País. Cada 1% de aumento na taxa de juros representa bilhões que são acrescentados à dívida pública que o governo terá que pagar, dificultando a retomada do crescimento.

Atualmente, isso é até discutível, pois o aumento da taxa de juros é um instrumento da política econômica adotado pelo Banco Central para conter a inflação, justamente porque causa uma retração da atividade econômica: diminui a demanda, os preços sobem menos, a inflação sobe menos.

Neste momento, porém, a elevação de juros não tem tido esse efeito de reduzir a inflação, de um lado porque temos uma alta do dólar que tem impulsionado os preços e, de outro lado, porque não houve, durante um período, o repasse para os preços da inflação de anos anteriores, principalmente em relação a preços administrados pelo governo federal. Agora, eles tiveram que ser repassados. Podemos citar a energia, que este ano já teve mais de 50% de reajuste, existindo ainda uma perspectiva de aumento.

Então, para quem acompanha o quadro nacional, está evidente que precisamos de uma alternativa que aponte para o país a possibilidade de retomar o crescimento econômico, com as empresas voltando a investir. Com esses investimentos do setor privado e com a volta do crescimento econômico, poderíamos aumentar o emprego, a renda dos trabalhadores e a própria arrecadação dos municípios, dos estados e da União.

Com isso, poderíamos garantir a volta dos investimentos também por parte do governo, e sem a necessidade do aumento de impostos, que traria uma carga ainda maior sobre o setor privado e, consequentemente, retrairia ainda mais o investimento.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Copez.

\*\*\*

Sr. Presidente, gostaria de registrar essa manifestação e dizer que compreendemos a importância deste projeto de empréstimo que está sendo discutido, mas também entendemos a importância da discussão de todos os outros projetos que estão em andamento nesta Casa, sejam eles apresentados pela Mesa ou pelos deputados. É importante que projetos de deputados sejam apreciados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação o Projeto de Lei nº 1.189, de 2015, salvo emendas. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. ATILA JACOMUSSI - PCdoB - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do SD.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do SD.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PSB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSB.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. PAULO CORREA JR - PEN - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PEN.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PEN.

O SR. MARCOS NEVES - PV - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PV.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PV.

O SR. IGOR SOARES - PTN - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PTN.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PTN.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PPS.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PPS.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PSC.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSC.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PSD.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSD.

O SR. MARCOS DAMASIO - PR - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PR.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PR.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do DEM.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do DEM.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PP.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PP.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PT.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PSL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSL.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - É uma Questão de Ordem sobre o processo de verificação de votação. Vossa Excelência gostaria que eu mencionasse o artigo do Regimento Interno ou eu posso fazer a Questão de Ordem sem mencionar?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Eu gostaria que V. Exa. mencionasse o dispositivo. Pediria que passassem o Regimento Interno com o dispositivo que trata da verificação de votação ao deputado Campos Machado. Nós aguardamos esse Regimento.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PARA COMUNICAÇÃO - O processo de votação, a abertura dele é "ad aeternum", até o final da sessão ou V. Exa. já pode declarar o encerramento da votação?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Assim que resolvermos a Questão de Ordem do deputado Campos Machado, que pode tomar prejudicado o pedido de verificação de votação, nós daremos por encerrado o processo de votação.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PARA COMUNICAÇÃO - Confesso que é a primeira vez que eu vejo uma paralisação da votação para aguardarmos uma Questão de Ordem a ser formulada. É normal isso?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É porque as Questões de Ordem só podem ser formuladas em razão de vício procedimental. O presidente tem adotado a postura de exigir a indicação do dispositivo do Regimento que teria sido violado, porque senão a Questão de Ordem passaria a ser uma comunicação de qualquer assunto, e não a verificação de ocorrência de irregularidade procedimental.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Nobre deputado Jorge Caruso, líder do PMDB, fez bem o presidente desta Casa em exigir que os deputados, quando argumentarem a Questão de Ordem, mencionem expressamente os artigos do Regimento Interno que rege esta Casa.

Pelo Art. 119, Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a V. Exa. que me informasse...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Eu pediria ao plenário, por gentileza, silêncio. O presidente não está ouvindo a Questão de Ordem formulada pelo deputado Campos Machado. Deputado Campos Machado, por gentileza.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Desculpe, Sr. Presidente, mas eu não estou entendendo bem o porquê desse burburinho em plenário. Por que esse burburinho se eu não consigo nem apresentar minha Questão de Ordem? Sabe, Sr. Presidente, agora eu fiquei perplexo...

\*\*\*

- O Sr. Presidente faz soar a campanha.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Eu solicito silêncio ao plenário. A Questão de Ordem é importante, pode levar à invalidação do pedido de verificação de votação.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, eu vou apresentar duas Questões de Ordem ao invés de uma.

A primeira, Sr. Presidente. Será que é admissível, nesta Casa Legislativa com 150 anos de história, que, por uma questão "meramente com o intuito de procrastinação", já que se energna no horizonte que o voto vai ser favorável ao empréstimo, sabendo-se que a votação vai ser "sim", isso fere algum Regimento da Casa? Eu vou formular por escrito.

Depois, Sr. Presidente, eu verifico que, com o tumulto, talvez alguns deputados... Deputado Jorge Caruso, V. Exa. já levantou essa mesma Questão de Ordem, nesta Casa. Será, Sr. Presidente, que todos os deputados estão cientes de que neste momento...

Sr. Presidente, eu não posso terminar minha questão de agora... Não, eu não posso brigar com o deputado Chico Sardelli, porque ele está fazendo um exame. Eu não sei o nome do exame que ele está fazendo. Como se chama o exame? Holter.

Então, Sr. Presidente, eu peço licença a V. Exa. para fazer essa indagação. Pode ser curial. Pode ser, deputado, simplória, com o intuito de procrastinar, mas é uma alegação que merece respaldo do Regimento Interno desta Casa.

Mas, como, Sr. Presidente? Quem é o presidente, aqui: o deputado Chico Sardelli, que fica fazendo sinal de que se tem que interromper a sessão ou Vossa Excelência?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É que V. Exa. tem um determinado período para formular a Questão de Ordem, que é de dois minutos por Questão de Ordem.

\*\*\*

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 47 Srs. Deputados: 45 votaram "sim", um se absteve e este deputado na Presidência, havendo quorum insuficiente para aprovar a permuta que levaria à construção do Metrô até Taboão da Serra.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma Sessão Extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de resolução nº 3, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar, que altera o Art. 10, "caput", da Resolução 576, de 1970, com as respectivas alterações na forma consolidada.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje. Lembra, ainda, da Sessão Extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 59 minutos.

\*\*\*

## 29 DE SETEMBRO DE 2015

<b>Presidentes:</b> <b>FERNANDO CAPEZ, PAULO CORREA JR e CAIO FRANÇA</b>
<b>Secretários:</b> <b>DAVI ZAIA, CAIO FRANÇA, MÁRCIO CAMARGO e RICARDO MADALENA</b>

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Coloca em discussão o PR 03/15.

2 - CAMPOS MACHADO

Para Questão de Ordem, questiona a legalidade da votação do PR 03. Afirma que o mesmo não teve o parecer da Mesa antes de ser pautado para esta sessão extraordinária. Ressalta que o PR 20 já está pronto para a Ordem do Dia. Diz haver tratamento diferenciado entre os dois projetos.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Informa que a questão do PR 03 ter sido pautado sem a existência de parecer da Mesa já foi respondida anteriormente. Ressalta que houve 20 sessões sem manifestação a respeito do mesmo. Diz não haver preferência entre os projetos. Menciona que o PR 03 é anterior ao 20, que ficou pronto para a Ordem do Dia somente agora. Afirma que a Questão de Ordem será respondida por escrito.

4 - ED THOMAS

Para comunicação, anuncia a presença do prefeito de Teodoro Sampaio.

5 - CAMPOS MACHADO

Para Questão de Ordem, pede que a questão da votação do PR 03 seja analisada do ponto de vista jurídico.

6 - CAMPOS MACHADO

Discute o PR 03/15.

7 - CAMPOS MACHADO

Requer verificação de presença.

8 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Acolhe o pedido. Constata, visualmente, quorum regimental. Lembra o deputado Campos Machado a respeito de artigo do Código Civil no qual lei posterior revoga lei anterior. Convoca sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

9 - CAMPOS MACHADO

Para Questão de Ordem, ressalta o princípio da economicidade. Questiona a necessidade de discussão de dois projetos que tratam do mesmo assunto.

10 - CHICO SARDELLI

Discute o PR 03/15 (apartado pelo deputado Davi Zaia).

11 - PAULO CORREA JR

Assume a Presidência.

12 - TEONILIO BARBA

Discute o PR 03/15 (apartado pelos deputados Campos Machado e Davi Zaia).

13 - CAMPOS MACHADO

Solicita verificação de presença.

14 - PRESIDENTE PAULO CORREA JR

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe ao constatar quorum regimental.

15 - CAMPOS MACHADO

Solicita verificação de presença.

16 - PRESIDENTE PAULO CORREA JR

Defere o pedido. Constata, visualmente, quorum regimental.